



Андрей Тихомиров

Mundo antigo: estado e política

Андрей Тихомиров

Mundo antigo: estado e política

«Автор»

2023

Тихомиров А.

Mundo antigo: estado e política / А. Тихомиров — «Автор», 2023

Estudando as leis do desenvolvimento da organização política da sociedade, é impossível ignorar suas manifestações específicas. Diferentes estados da mesma formação socioeconômica são basicamente do mesmo tipo. A proteção da escravidão, a exploração de cidadãos livres empobrecidos eram a principal preocupação dos faraós do antigo Egito, dos governantes da antiga Índia, Babilônia e China, e da nobreza proprietária da antiga Atenas e Roma. No entanto, as instituições estatais e jurídicas desses países tinham suas próprias características.

© Тихомиров А., 2023

© Автор, 2023

Содержание

Introdução	5
O sistema social dos antigos estados orientais	7
Конец ознакомительного фрагмента.	10

Андрей Тихомиров

Mundo antigo: estado e política

Introdução

A propriedade dos senhores feudais sobre a terra, seu exclusivo privilégio de poder, a divisão estamental da população e a economia de subsistência constituíam as características da sociedade medieval. No entanto, a dominação política dos senhores feudais em diferentes países foi realizada de forma desigual, para não mencionar o fato de que alguns povos não tinham a servidão dos camponeses. Os povos germânicos e eslavos, após o colapso do sistema tribal, entraram imediatamente no período do feudalismo, contornando a escravidão.

Os historiadores ocidentais modernos, por via de regra, negam a regularidade do processo histórico, o movimento da civilização em direção a formas mais perfeitas de organização política da sociedade. Segundo eles, o desenvolvimento da história ocorre em um círculo vicioso, onde o destino dos povos depende principalmente da vontade dos governantes. Muitos deles ecoam as palavras do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831): "as lições da história são que as pessoas não tiram lições da história".

A propriedade privada é, em toda sociedade burguesa, o princípio fundamental da vida econômica e social, a instituição fundamental do Direito Civil. No entanto, a dominação ilimitada da burguesia é realizada por métodos diferentes. A homogeneidade dos estados não exclui a diferença de suas formas, regimes políticos, situação jurídica dos grupos sociais, etc. a este respeito, para a história do estado e do direito, adquire um interesse particular e geral na organização do poder político da classe dominante em cada país.

Na história política, uma certa influência foi exercida pelos fatores da população, do ambiente geográfico, das peculiaridades do armazém mental da nação, bem como pelos impulsos ideológicos de classe de figuras proeminentes. As mudanças na estratégia e na tática da classe dominante refletem-se, em primeiro lugar, na evolução ou na reestruturação radical dos órgãos e da legislação do estado.

O estudo da história do desenvolvimento do regime estatal dos diferentes países facilita a compreensão do sistema de métodos de dominação de classe em uma situação histórica concreta, esclarece as causas da transição de um regime político para outro.

Os princípios básicos do novo poder, a organização da administração, são estabelecidos no período das revoluções sociais. Ao mesmo tempo, criam-se os princípios e o sistema de uma nova legislação adaptada às necessidades do regime econômico, revelam-se as aspirações políticas e jurídicas das classes e dos grupos sociais da sociedade. Encontram expressão em constituições, leis orgânicas, cartas, declarações, códigos, etc.

O regime escravista não permaneceu imóvel. No curso de seu desenvolvimento histórico, ele passou por várias etapas sucessivas. A escravidão primitiva, ainda não completamente separada do sistema comunal e tribal, estava na base das formações estatais do antigo Oriente – como o despotismo Egípcio, o reino dos hititas, a Assíria, a Pérsia e os estados da Índia antiga. Nessas potências militares teocráticas, baseadas na força da coerção não econômica, a política externa era dirigida principalmente por interesses conquistadores: a captura de terras, escravos, gado, o roubo de riquezas disponíveis nos países vizinhos eram o principal objetivo das guerras da época. As questões internacionais eram geralmente resolvidas pela força armada. No entanto, os estados do antigo Oriente tiveram que desenvolver uma atividade diplomática muito ativa. As relações diplomáticas foram realizadas pelos próprios reis. Os Senhores do antigo Oriente eram reverenciados como deuses, personificavam todo o estado, tinham à sua disposição exércitos inteiros de "servos reais" – funcionários e escribas.

De acordo com as principais tarefas da política externa de conquista dos reinos militares-teocráticos do Oriente, sua diplomacia centralizada resolveu uma gama relativamente limitada de questões. Seu lado mais forte era a organização da inteligência político-militar onipresente.

A escravidão mais desenvolvida, associada à economia mercantil-monetária e ao crescimento das cidades costeiras, estava na base dos estados antigos – Grécia e Roma.

A política externa desses estados-cidades escravistas ("Polis") era determinada pelos interesses da luta pela expansão dos territórios, pela aquisição de escravos, pelos mercados. Daqui

seguuiu – se: o desejo de hegemonia, a busca de aliados, a formação de grupos, a expansão colonial, que estabeleceu como sua tarefa a formação de grandes potências e causou confrontos entre os gregos no Oriente, com o Reino Persa, os romanos no Ocidente, com a mais rica República comercial do mundo antigo – Cartago.

A atividade diplomática das antigas Polis era expressa em negociações animadas, troca contínua de Embaixadas, convocação de reuniões, conclusão de tratados aliados defensivos e Ofensivos.

O sistema social dos antigos estados orientais

O antigo Oriente é um dos primeiros centros de civilização. As pessoas aprenderam cedo a domesticar animais aqui, conheceram a agricultura de motas, alguns ofícios. O clima subtropical, os solos férteis e a densidade populacional relativamente alta na época aceleraram o processo de transição da caça e da pesca para a pecuária e a agricultura. Os antigos indo-europeus, por exemplo, são formados no território dos Urais do Sul. Particularmente favoráveis para a agricultura foram os vales dos rios Nilo, Tigre e Eufrates, Yangtze e Huanghe, indo e Ganges.

No 5 milênio aC, o homem começou a usar Metal para fazer ferramentas, o que aumentou drasticamente a produtividade do trabalho. Foram criadas as condições para a obtenção de um produto excedente, surgiram as condições econômicas para a exploração do homem. O surgimento da propriedade privada e a desigualdade de riqueza aceleraram o colapso da organização tribal, e sobre suas ruínas surgiu a sociedade de classes.

O estado escravista é o primeiro tipo Histórico de Estado. Através dele, os escravos eram coagidos, os pequenos agricultores e comunais eram explorados, os interesses econômicos, políticos e de estamento da classe dos proprietários de escravos eram protegidos. O surgimento da formação escravista é um processo natural. Em comparação com o sistema patriarcal-Tribal, a escravidão significou um progresso na história da humanidade.

A formação da sociedade de classes nos países do antigo Oriente é um processo longo, uma vez que muitas sobrevivências do sistema tribal foram preservadas por séculos. O modo de produção escravista no Oriente tinha características peculiares. A existência de uma comunidade vizinha ou territorial impediu seu desenvolvimento. As condições históricas concretas de cada país, a peculiaridade das formas da luta de classes deixaram sua marca nos modos de governo, no caráter da legislação. Mas, apesar de toda a sua diversidade, os despotismos do antigo Oriente eram uma ditadura da classe escravista.

Além da uniformidade de classe, o sistema socioeconômico dos povos orientais antigos tinha muitas características comuns. O baixo nível da técnica, seu caráter estagnado, o progresso extremamente lento no aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, as especificidades das condições naturais e climáticas atrasaram por vários milênios a desintegração da comunidade vizinha (rural). Pelas mesmas razões, a própria instituição da propriedade privada da terra, da água, desenvolveu-se fracamente.

Nos países do antigo Oriente, a terra e a água estavam inicialmente no uso da comunidade e, em seguida, passaram para a propriedade do estado. Cuidar da irrigação, construção e reparação de canais e barragens desde os tempos antigos era o principal dever da comunidade. Praticava-se um trabalho conjunto e coletivo. O caráter profundamente natural da produção, a combinação de artesanato e agricultura dentro de cada comunidade, o escasso intercâmbio, o extremo subdesenvolvimento das relações mercadoria-dinheiro, o isolamento econômico são as características da antiga comunidade Oriental.

Devido à estabilidade da comuna, a classe dominante extraiu a maior parte do excedente, explorando primeiro os camponeses comunais e depois os escravos.

Nas condições da técnica primitiva e da agricultura associada à irrigação, o direito privado à terra foi inculcado dolorosamente por um longo tempo. Só um grande colectivo de homens de toda a comunidade e, por vezes, de toda a província podia manter em ordem o sistema de irrigação, impedir a sua destruição durante as catástrofes naturais, cortar a selva, assegurar a protecção das colheitas e do gado contra os animais selvagens, drenar o pântano, cavar um poço profundo, etc. É por isso que, desde os tempos antigos, a comunidade e, mais tarde, o estado assumiram a importante função econômica de organizar as obras públicas relacionadas à manutenção do sistema de irrigação.

As antigas leis babilônicas do rei Hamurabi (século XVIII a. C.) testemunham a preservação da comunidade vizinha e os restos da ordem comunal primitiva. De acordo com essas leis, se um assassino ou ladrão que cometeu um crime no território da comunidade não foi encontrado, então seus moradores se comprometeram a compensar as perdas da vítima ou do Tesouro. Ao mesmo tempo, a comunidade podia exigir a reparação do dano da pessoa que causou o dano à barragem, o canal.

A comunidade já não era tão monolítica como antes. As leis de Hamurabi mencionam a existência de propriedade comunitária e privada da terra. As terras de propriedade privada podiam ser vendidas, doadas, as comunais só podiam ser alugadas.

Na China antiga, há muito tempo existia o chamado sistema de campos de poços. Um pedaço de terra arável foi dividido em 9 campos iguais. Da melhor parte do campo, a colheita foi tirada em favor do rei (van) ou do governante local. Além disso, os Comuneros pagaram impostos ao tesouro com seda, tela, realizaram serviços militares, de construção e puxados por cavalos. Por volta de meados do primeiro milênio a. C., O sistema de poços foi substituído por um imposto sobre a terra, a compra e venda de terras começou a se desenvolver, o que finalmente destruiu a comunidade.

No antigo Egito, os inquilinos das terras do Estado, do rei e do templo não podiam deixar seu local. A classe dominante dos proprietários de escravos incluía: o déspota, seus parentes e confidentes, sacerdotes, funcionários, nobreza Militar, usurários, cobradores de impostos, administradores locais. Grande influência no antigo Egito foi usada por sacerdotes, na antiga China-eunucos, monges eruditos, na antiga Índia – sacerdotes e guerreiros (brahmanas e Kshatriyas).

A renda da nobreza consistia no salário que o rei lhes pagava e nas receitas de sua própria fazenda. A solidariedade de classe dos sacerdotes e dos funcionários era uma pré-condição para a manutenção de seu domínio.

Além da classe dominante dos proprietários de escravos, existia a parte mais numerosa da população: os habitantes das comunidades rurais, os agricultores, os Comuneros. Eles são os principais produtores de bens materiais. Agricultores e artesãos livres carregavam várias cargas, pagavam impostos ao tesouro real e à nobreza local, geralmente EM espécie (grãos, arroz, gado, manteiga, etc.). Eles geralmente formam uma milícia.

O trabalho do homem livre ainda não havia sido suplantado pelo trabalho dos escravos. Na antiga Babilônia, além dos livres, ávilum e muskenum, havia uma categoria de homens, soldados e oficiais (Redu e Bair), que recebiam parcelas de terra com casa e jardim para o serviço. Esta propriedade chamava-se ilku. O dono do ilku não podia vendê-lo. Seus bens, em princípio, eram inalienáveis. Com a cessação do serviço, foi retirado para o tesouro. Mas se o Filho do antigo proprietário continuasse a cumprir os deveres de seu pai, os bens não seriam tomados. Por não comparência ao serviço, o proprietário ilku foi punido com a morte.

A situação dos escravos nos países do Oriente antigo era menos grave do que a dos escravos na Grécia e Roma antigas. Os escravos do rei e do templo podiam ter uma pequena propriedade, uma família, às vezes a lei dava-lhes alguma proteção legal. Pela sua posição social, os escravos situavam-se entre as pessoas e as coisas. No entanto, a maior parte dos escravos era completamente desprovida de direitos. O direito de propriedade do proprietário de escravos era fortemente protegido por lei.

Os escravos eram mais frequentemente explorados nas terras reais; entre a grande nobreza, os funcionários e os sacerdotes, Eles desempenhavam o dever de servos, etc.havia também a escravidão doméstica. A principal fonte de reposição do número de escravos era o cativo Militar, a escravidão da dívida existia quase em toda parte. Os escravos eram comprados e vendidos no mercado. As pessoas escravizadas eram transferidas por testamento, juntamente com outros bens. A captura de prisioneiros para vendê-los como escravos foi um dos principais incentivos para campanhas militares. Os escravos eram frequentemente mortos em sacrifícios. Após a morte do rei, seus servos escravos eram mortos e colocados perto de seu túmulo. Os filhos dos escravos eram considerados escravos. Para matar um escravo de outra pessoa, geralmente era paga uma multa ao seu mestre. Os escravos

que trabalhavam na agricultura e no artesanato podiam, por vezes, ter uma família. Com o tempo, em alguns estados, os escravos começaram a receber terras para uso temporário.

No antigo Egito, os escravos eram considerados propriedade do Estado. O assassinato de um escravo era considerado um dano à propriedade do estado. O Faraó deu escravos aos templos, oficiais importantes.

Os antigos estados orientais, em sua essência de classe, pertencem ao tipo escravista. As principais funções desses estados eram a supressão das massas oprimidas, a defesa do país, a tomada de terras vizinhas e a organização de Obras Públicas. Com a ajuda dos sacerdotes, realizou-se a escravidão ideológica das massas oprimidas.

A forma mais comum de governo era o despotismo, uma monarquia burocrática, estritamente centralizada, com um grande aparato administrativo. A base econômica do poder do déspota era a propriedade estatal da terra, os impostos, a mineração capturada durante as guerras. O poder tsarista ilimitado apoiava-se no exército, por vezes assalariado, num aparelho ramificado e centralizado de funcionários. Sob o centralismo burocrático, a administração baseava-se em uma subordinação vertical completa e incondicional; toda desobediência, desobediência ao rei e ao vel-Vaz era punida com a morte. Nos países do antigo Oriente, o poder real, como regra, era divinizado. As ordens do déspota eram equiparadas às ordens divinas.

No entanto, um território relativamente pequeno desses países afetou a estrutura do aparato estatal. O tribunal não foi separado da administração.

Tendo poder ilimitado, o déspota considerou os interesses da elite da nobreza, cumpriu a vontade da classe dominante dos proprietários de escravos. O déspota não podia manter-se no poder se não gozasse do apoio da classe dominante, se não se apoiasse no exército, no funcionalismo, no sacerdócio. O chefe de estado nos países do antigo Oriente era chamado de várias maneiras: no antigo Egito-Faraó, na Babilônia – na antiga Mesopotâmia – Lugal ou patesi, na China – van, na Índia – Raja.

Конец ознакомительного фрагмента.

Текст предоставлен ООО «Литрес».

Прочитайте эту книгу целиком, [купив полную легальную версию](#) на Литрес.

Безопасно оплатить книгу можно банковской картой Visa, MasterCard, Maestro, со счета мобильного телефона, с платежного терминала, в салоне МТС или Связной, через PayPal, WebMoney, Яндекс.Деньги, QIWI Кошелек, бонусными картами или другим удобным Вам способом.